

Quem escolhe os candidatos?

Fernando Gustavo Knoerr

Foi julgada a ação proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros no Supremo Tribunal Federal que, pela absoluta maioria de nove votos a dois, recusou a instituição de impedimento da elegibilidade de cidadãos que figurem como réus em ações de improbidade administrativa, penais e eleitorais, ainda que não haja decisão condenatória transitada em julgado.

Ao fazê-lo, o STF reiterou o princípio republicano segundo o qual cabe exclusivamente à sociedade civil, conforme as regras do jogo democrático, escolher quem merece ou não a confiança popular manifestada nas urnas. A ficha suja, sem decisão condenatória transitada em julgado, pode ser elemento de reprovação moral e, assim, deve ser amplamente divulgada, visando informar o julgamento das urnas, mas jamais de índole jurídica.

É fruto de conquista das revoluções liberais o postulado segundo o qual qualquer restrição à conduta individual somente poderá ser instituída ou majorada por lei. Tema reservado ao tratamento apenas por lei. A Constituição Federal recepcionou esta conclusão prevendo como cláusula pétrea, assim firme e imutável, o princípio da reserva legal, estabelecendo no artigo 5º, II, que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.”

Por mais que se utilize o pretexto de que a inelegibilidade, nesses casos, decorreria de mera regulamentação do que se encontra no artigo 14, § 9º, da Constituição, quando refere a importância da análise da vida pregressa para aferição da possibilidade de candidatar-se, ainda assim permanece intocada a conclusão de que apenas o Congresso Nacional teria competência para instituir essa inelegibilidade.

E ainda assim ofenderia a Constituição.

Por pleonástico que pareça, uma das principais barreiras ao arbítrio do Estado se encontra na constatação de que as restrições à conduta individual têm caráter excepcional e, nessa condição, devem ser interpretadas de forma igualmente restrita, não sendo lícito introduzir limitação por simples dedução. É regra de interpretação: toda exceção aplica-se de forma restrita para não tomar o lugar da regra. Deste modo, ou a Lei a prevê – e neste caso o constituinte impôs legalidade qualificada, exigindo Lei Complementar – ou a proibição não existe.

Lei já existe. Trata-se da Lei Complementar nº. 64/90, chamada Lei de Inelegibilidades, que dispõe sobre a não admissão de candidatura dos que foram condenados em representação eleitoral pela prática de abuso do poder político ou econômico (art. 1, I, *in fine*), e ainda dos que, na condição de gestores de recursos públicos, tiveram suas contas reprovadas por decisão irrecorrível do órgão

competente (art. 1º, I, 'g'). Para os condenados pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa, a inelegibilidade permanece pelo período de execução da sanção, como dispõe o artigo 15, III e V da Constituição. A LC 64/90 ainda acrescenta três anos de inelegibilidade após o cumprimento da pena para os condenados pela prática de crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, por tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais (art. 1, I, 'e').

Em todos esses casos, no entanto, a Lei Complementar exige decisão transitada em julgado, tornada irrecorrível.

A obtenção de uma decisão definitiva com garantia de defesa e igualdade entre as partes, chamada coisa julgada, é a própria razão de ser do processo. Concluir de forma distinta abre espaço para a punição fundada em simples suspeita, dispensando contestação e reunião de provas, sendo bastante para a condenação o estado de espírito, o convencimento pessoal e unilateral do julgador. Foi novamente desconsiderada uma garantia constitucional, a do devido processo legal, enunciada pelo artigo 5º, LIII, ao estatuir que "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal."

O obscurantismo medieval já registrava a condenação por suspeita. Em 1484, a bula papal de Inocêncio VIII liberou o poder da Inquisição contra a Antiga Religião. Com a publicação do *Malleus Maleficarum* dos dominicanos Kramer e Sprenger, em 1486, uma vez denunciada por qualquer pessoa, desde um vizinho maledicente até uma criança agitada, a bruxa sob suspeita era imediatamente presa, assim permanecendo para submeter-se a toda espécie de agressão que, com poucas variações, causariam sua morte.

Mudam os métodos. Mudam as razões. Na Idade Média em nome da religião. Nas práticas jacobinas da Modernidade em nome da liberdade. Hoje em favor de suposta moralidade.

Pelo menos trezentos anos nos separam da condenação por suspeição. Do mesmo modo que a História do Ocidente já superou essa prática, assim também o Supremo Tribunal Federal regiamente a recusou.

Fernando Gustavo Knoerr é mestre e doutor em Direito do Estado pela UFPR, professor da Escola da Magistratura do Paraná e da Fundação Escola do Ministério Público e coordenador-geral do curso de Direito da Opet.